

Em busca da credibilidade perdida: a turnê global de Collor como presidente-eleito

*The quest for the lost credibility:
Collor's global tour as President-elect*

Guilherme Stolle Paixão e Casarões*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar a viagem realizada por Fernando Collor de Mello a doze países (Argentina, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Portugal, Espanha) no curto período entre a eleição e a posse. Parte-se da hipótese de que o presidente-eleito foi motivado pela necessidade de recuperar a credibilidade internacional do Brasil, que havia sido comprometida ao longo do governo Sarney em função de três grandes problemas: protecionismo comercial, dívida externa e ecologia. Para resgatá-la, Collor valeu-se de três estratégias: (1) aproximou-se do Itamaraty no processo, com vistas a dirimir as costumeiras críticas quanto ao “amadorismo” do presidente, carente de bases político-partidárias; (2) reafirmou seu papel como principal fiador internacional do Brasil, descolando-se da imagem deixada pelo governo Sarney; (3) enfatizou os três temas que eram mais sensíveis à imagem do país no mundo. No contexto de sua viagem, Collor lançou as bases da *autonomia pela modernização*, que foi a estratégia de inserção internacional adotada ao longo de seu governo.

Palavras-chave: política externa; Collor de Mello; diplomacia presidencial; Itamaraty; modernização.

Abstract

This article looks at President-elect Fernando Collor de Mello's global tour to twelve countries (Argentina, Uruguay, Paraguay, United States, Japan, Soviet Union, Germany, Italy, France, England, Portugal, and Spain) in the short period between his election and inauguration. Our hypothesis is that Collor was driven by the need to restore Brazil's international credibility, which had been damaged throughout the Sarney administration due to three key problems: trade protectionism, foreign debt, and ecology. To rescue the country's credibility, Collor resorted to three strategies: (1) he got closer to Itamaraty so as to armor himself against criticisms towards his lack of political substance and alleged amateurism; (2) he reaffirmed his role as Brazil's main international broker, detaching the country from the image left by Sarney's government; (3) he emphasized the three issues that were most sensitive to the country's image globally. In the context of his trip, Collor laid the groundwork for *autonomy through modernization*, which would be the global strategy adopted in his years in office.

Keywords: foreign policy; Collor de Mello; presidential diplomacy; Itamaraty; modernization.

* Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).

Introdução

São raros, no Brasil, estudos que associem resultados ou processos da política externa ao presidente da República. Prevalece, na literatura especializada, o entendimento de que o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) detém o virtual monopólio da formulação das escolhas internacionais do Brasil, seja nas linhas gerais ou nas deliberações específicas, bem como de sua execução (CHEIBUB, 1985; BARROS, 1986; LIMA, 2000; FARIA, 2008). Segundo essa linha, é no seio da diplomacia brasileira que se estabelecem e se desenvolvem os grandes paradigmas de inserção internacional do país, que garantem não somente a consistência da estratégia brasileira, bem como sua continuidade ao longo do tempo (LIMA, 1994; LAFER, 2001).

Na última década, desenvolveu-se um corpo mais substantivo de trabalhos que partem do conceito de “diplomacia presidencial”, sistematizado pelo embaixador Sérgio Danese (1999), para avaliar a política externa brasileira (MALAMUD, 2005; PRETO, 2006; CASON e POWER, 2009; RICUPERO, 2010; LIMA e DUARTE, 2013; ALMEIDA, 2014; CASARÕES, 2014). Trata-se de um dos diversos prismas pelos quais se busca compreender o processo de “desinsulamento burocrático” da política externa brasileira, ou ao menos da pluralização dos atores envolvidos na projeção internacional do país. Mais do que somente jogar luz sobre fenômenos recentes, os novos entendimentos sobre a natureza das decisões, procedimentos e ideias oferecem um novo significado a episódios pregressos de nossa política exterior.

Mesmo com o avanço da literatura sobre a diplomacia presidencial, permanece obscuro um aspecto do papel do chefe de Estado na definição das linhas de inserção internacional do Brasil: as viagens presidenciais. Mesmo que a contabilidade do número de visitas oficiais ao exterior venha sendo usada como um dos critérios para se avaliar o “ativismo” do presidente em questões mundiais (LOPES, 2014; LINS DA SILVA, 2014; MILANI, 2015), são raros os estudos sobre o conteúdo substantivo de tais viagens. O que pode se justificar por uma dificuldade metodológica – afinal, pouco se divulga publicamente sobre as conversas de alto nível numa viagem oficial –, acaba deixando para trás elementos que, embora por vezes anedóticos, contribuam para a compreensão maior das relações internacionais do Brasil num determinado momento.

As três obras específicas sobre viagens presidenciais na Nova República (LAFER, 1985; RICUPERO, 2010; SPEKTOR, 2014) tratam, na verdade, daquilo que poderíamos chamar de “diplomacia de transição”. São relatos e avaliações sobre viagens dos presidentes eleitos em busca de apoio internacional, de resgate da credibilidade externa ou até mesmo de uma sinalização de mudanças de orientação exterior. O périplo de Tancredo Neves no curto período entre a eleição e a posse teve, por exemplo, o objetivo de “marcar, no plano internacional, o significado das transformações internas ocorridas em nosso país com o advento da Nova República” (LAFER, 1985, p. 13). A visita de Lula à Casa Branca, poucas semanas antes de assumir a presidência, também adquire significado especial ao ser colocada num contexto de crise doméstica no Brasil e de desconfianças crescentes quanto ao presidente eleito nos círculos de poder dos Estados Unidos, o que demandou uma complexa colaboração entre PSDB e PT nos meses de transição de poder (SPEKTOR, 2014).

Essa modalidade de viagem de presidente eleito possui alguns precedentes históricos: Campos Sales havia sido o primeiro a fazê-la, em 1898, sendo reproduzida por diversos outros presidentes ao longo do século 20, como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Costa e Silva.

O caso emblemático do padrão conceitual da “diplomacia de transição” é o de JK, cuja viagem – em meio a uma grave crise política – representou “a busca de alavancagem política internacional para o projeto econômico do governo que se iniciaria, fazendo o *marketing* externo do novo governo, e a evasão das pressões políticas pós-eleição” (DANESE, 1999, p. 318).

Fernando Collor de Mello também realizou viagens como presidente eleito. A primeira delas, de cunho particular, foi um roteiro de férias que incluía as Ilhas Seychelles, na costa oriental africana, bem como Roma e Paris (ROSA E SILVA, 1993). Não nos aprofundaremos nesta primeira viagem, embora ela tenha tido algum significado substantivo doméstico, sobretudo em função das reuniões que Collor realizou com seus assessores econômicos. A segunda, mais longa e em caráter oficial, teria quase um mês de duração, durante o qual o presidente eleito percorreria o Cone Sul, os Estados Unidos, o Japão, a União Soviética e diversos países europeus.

O objetivo deste trabalho é compreender o sentido desta viagem, tanto nas suas motivações quanto nos impactos que trouxe à formulação da agenda internacional do Brasil. Para tanto, busca-se reconstruir o roteiro percorrido por Collor à luz dos imperativos da política externa brasileira, recorrendo-se a entrevistas com os principais atores do processo e às principais fontes de imprensa nacionais e internacionais. Parte-se da hipótese de que a *credibilidade internacional do país* é o que estava em jogo na longa viagem de Collor. Desejava-se superar a sina do governo Sarney, que ficou para a história como o quinquênio dos mais graves enteveros com os Estados Unidos (que chegaram a nos sancionar em retaliação a contenciosos comerciais, em 1988), com a comunidade financeira internacional (contra a qual decretamos uma moratória da dívida externa, em 1987) e com aquelas lideranças que decidiram abraçar causas como ecologia e direitos humanos – a ponto de nos vermos transformados em párias ambientais e quanto ao tratamento das populações indígenas¹. Somando-se isso a um presidente que, ao fim de seu mandato, não gozava mais de prestígio nem doméstico nem externo, pode-se dizer que o problema mais crítico do Brasil, em matéria de política exterior, era sua imagem internacional. Embora não seja propriamente uma questão de poder em sua acepção material, a credibilidade pode ser um mecanismo importante, principalmente para potências médias, para aliviar os constrangimentos estruturais ou, alternativamente, para ampliar a margem de autonomia em algumas questões internacionais.

Foi durante as viagens de Collor como presidente eleito que a estratégia de *autonomia pela modernização*² foi concebida, ainda que de modo incipiente. A visita de Collor aos três principais

1 A pressão internacional manifestava-se de diversas maneiras: de protestos de ambientalistas contra o governo brasileiro a declarações de lideranças mundiais, a credibilidade brasileira estava sendo colocada em xeque. Em janeiro de 1989, uma delegação de vinte norte-americanos – dentre os quais os senadores Timothy Wirth, Albert Gore e John Heinz, os deputados John Bryant e Gerry Silkorski e o biólogo Thomas Lovejoy, do Smithsonian Institute – veio ao Brasil, reunindo-se com o presidente Sarney e com autoridades e ativistas locais na região amazônica. Al Gore – que mais tarde transformou-se num defensor vocal da causa ecológica – chegou a ponto de declarar que “ao contrário do que creem os brasileiros, a Amazônia não é sua propriedade, ela pertence a todos nós” (NYT, 18/05/2008).

2 Como sugerem Vigevani e Cepaluni (2011), a ideia de *autonomia* se relacionaria com a capacidade de um país em se proteger dos efeitos mais nocivos do sistema internacional e dos constrangimentos impostos pelas potências. *Modernização*, por sua vez, pode ser compreendida a partir de duas noções paralelas, ambas representando uma síntese dos novos padrões de relacionamento entre Estado e mercado e Estado e sistema internacional: em primeiro lugar, a “integração, em um só processo, de eixos como a reestruturação industrial, a aceleração do progresso técnico-científico e uma nova inserção na economia internacional” (Reis Velloso, 1994: 4); em segundo lugar, a atualização da agenda internacional brasileira em direção aos “novos temas”, sobretudo àqueles ligados aos anseios da sociedade civil global. Dito de outra maneira, a modernização do Brasil – em suas facetas doméstica e internacional – foi a maneira que o governo Collor encontrou para manter a autonomia do país frente a um sistema internacional muito pouco permissivo a seus próprios interesses.

vizinhos sul-americanos (com quem formaríamos, mais tarde, o Mercado Comum do Sul) e a nada menos que nove das maiores economias mundiais foi a maneira que o presidente eleito encontrou de abrir caminho para a adoção de algumas propostas de modernização da economia – que visavam a ampliar a margem de ação global do Brasil e dependiam, sobremaneira, da redefinição da imagem do país no exterior. De manifestações relativamente ingênuas sobre a política externa brasileira que marcaram a campanha, Collor passa a definir, com mais clareza, qual a agenda do Brasil no mundo e qual a retórica que sustentaria essa nova agenda. A ideia de inserção no Primeiro Mundo surge nesse contexto com particular força e agrada aos ouvidos dos interlocutores estrangeiros, a quem são também apresentadas as linhas básicas do plano de estabilização da economia. Os pontos de conflito bilateral são, estrategicamente, deixados em suspenso, mascarados pelo discurso assertivo do novo presidente.

Nesse contexto, Collor valeu-se de três estratégias: (1) aproximou-se do Itamaraty no processo, com vistas a dirimir as costumeiras críticas quanto ao “amadorismo” do presidente, carente de bases político-partidárias; (2) reafirmou, ao mesmo tempo, seu papel como principal fiador internacional do Brasil, descolando-se da imagem deixada pelo governo Sarney; (3) enfatizou os temas que eram mais sensíveis à imagem do país no mundo: ecologia, dívida externa e modernização econômica, sobretudo por meio da chamada *integração competitiva*. Essas estratégias compõem a estrutura do texto, que procederá a um balanço das relações entre Collor e Itamaraty no intervalo entre a eleição e a posse e, adiante, a uma análise das viagens realizadas, em ordem cronológica.

A aproximação entre Collor e Itamaraty

A aproximação entre Collor e Itamaraty deu-se em duas diferentes circunstâncias: em primeiro lugar, no apoio conferido pelo ministério à transição presidencial, seja por meio do suporte logístico às viagens do presidente eleito, inclusive seu roteiro pessoal de férias, seja por meio da cessão de espaço físico para o escritório do novo governo, instalado no prédio do Anexo 2 do Itamaraty – o chamado “bolo de noiva”. Diante das críticas à diligência da diplomacia em assessorar Collor antes do início efetivo de seu mandato, o embaixador Ruy Nogueira, porta-voz do MRE, explicou que todas as solicitações do novo presidente e de sua equipe seriam atendidas: “a diplomacia trabalha para o Estado e não para governos”, afirmou. Além disso, o Itamaraty estava se articulando para a “operação gigantesca” da posse presidencial, que requeria o trabalho de todo o ministério e, em particular, de seu cerimonial (OESP, 11/01/90, p. 4).

Aos poucos, num segundo momento de aproximação, Collor foi se cercando de diplomatas de carreira. Se na longa turnê europeia durante a candidatura ele quis apresentar-se como independente, dispensando qualquer assessoramento técnico que não fosse o de sua conselheira econômica, Zélia Cardoso de Mello, nas viagens que fazia oficialmente como presidente eleito – um périplo regional e um mundial –, já entravam para sua comitiva, em caráter definitivo, dois servidores do Itamaraty: seu cunhado, embaixador Marcos Coimbra, coordenador da equipe de transição, e o ministro Gelson Fonseca Jr., que passaria a exercer o papel de assessor diplomático (e eventual *ghostwriter*) do presidente.

Na viagem de férias à Europa, Collor teve contato com o embaixador José Guilherme Merquior, conhecido pensador do liberalismo, que viria a exercer importante influência ideológica sobre o presidente eleito³. O embaixador brasileiro no GATT, Rubens Ricupero, também influenciou diretamente o pensamento de Collor, ainda candidato, tendo-lhe oferecido um *briefing* sobre a política externa brasileira que serviria, adiante, como base da inserção global proposta pelo presidente eleito⁴. Ambos foram reiteradamente cotados como “ministeriáveis” entre a eleição e a posse. Por fim, outro nome aventado para assumir a chancelaria era o de Álvaro da Costa Franco Filho, embaixador em Bogotá, que era considerado “entre os diplomatas mais conservadores – que não eram ligados à linha da política externa independente – talvez o de maior renome (...) Intellectualmente, era o mais respeitado dos conservadores e relativamente próximos ao regime militar” (RICUPERO, 2014).

Ainda que, diante desse quadro, pareça contraditória a nomeação do jurista José Francisco Rezek ao Itamaraty, a dois dias da posse, a escolha se inscreve na questão maior da credibilidade. Segundo o próprio Rezek, pela ausência de lastro partidário, Collor precisou recorrer a nomes de boa reputação pública para compor sua equipe: “assim foi com o [Secretário de Ciência e Tecnologia] Goldemberg, assim foi com o [Secretário do Meio Ambiente] Lutzenberger, assim foi com o [Ministro da Infraestrutura] Ozires Silva, assim foi comigo (...) Ele tinha a intenção de governar, de fazer um bom governo e de redimir, enfim, aquilo que ainda restava de negativo na imagem brasileira” (REZEK, 2011). Soma-se a isso o fato de que o nome de Rezek repercutiu bem no Itamaraty de imediato, uma vez que o novo ministro não pertencia a “grupos de influência de diplomatas” (O GLOBO, 13/03/90, p. 3). Mesmo não sendo considerado alguém com plena identificação com a *Casa de Rio Branco*, como lembra Celso Amorim (1997), o fato de ter sido professor do Instituto Rio Branco por uma década o credenciava como alguém a quem os diplomatas poderiam ter como aliado.

De todo modo, não deixar um diplomata de carreira a cargo do MRE permitiu a Collor empreender algumas mudanças estruturais no Itamaraty, como a tripartição da Secretaria Geral e a instituição da “expulsória”, mecanismo alternativo de aposentadoria da carreira. Ainda que várias alterações tenham sido realizadas sem muita certeza dos efeitos que causariam, redundando em equívocos que foram desfeitos posteriormente, elas foram inspiradas, de alguma forma, pelo desejo de promover uma inflexão ideológica que alinhasse o Itamaraty às visões de mundo advogadas pelo novo governo. Ao contrário do que sugere a literatura a respeito do período (BATISTA, 1993; LIMA, 1994), a diplomacia não foi marginalizada, mas reconfigurada – dentro dos limites de intervenção do presidente sobre uma estrutura burocrática

3 De acordo com Ricupero (2014), Merquior “deu ao Collor um embasamento doutrinário e filosófico que faltava a ele (...) Procurou mostrar que o liberalismo poderia ser político, avançado e progressista – coisa que, depois de sua morte, nenhum outro pensador brasileiro conseguiu fazer”. Entre as obras filosóficas de Merquior, destacam-se Merquior (1983); Merquior (1987); Merquior (1991).

4 Por intermédio de Marcos Coimbra, o candidato havia lhe solicitado um *briefing* sobre a política externa brasileira. O texto, entregue a Collor no contexto da viagem a Europa em agosto de 1989, foi publicado em compilação de artigos do embaixador Ricupero alguns anos mais tarde. Nele, lê-se o seguinte: “Qual poderia, então, ser uma plataforma para uma política externa moderna e atualizada? A resposta é que esse tipo de política deveria estar dirigido a facilitar a inserção do Brasil num contexto internacional marcado por profundas mudanças econômicas e políticas, de maneira a permitir superar nossos estrangulamentos econômicos e retomar o desenvolvimento. É claro que essa política não poderia ser feita no vácuo, isoladamente, *sob pena de faltar-lhe toda credibilidade interna e externa*. Ela teria de ser uma das pernas de um tripé, do qual as outras duas bases de sustentação seriam um vasto programa de reconstrução e reestruturação econômica e uma ação eficaz no âmbito da proteção ambiental, dos índios e dos direitos humanos” (RICUPERO, 1995: 189).

bastante fechada. Por outro lado, as mudanças propostas por Collor, porquanto limitadas, não causaram, nem de longe, um abalo sísmico no seio do serviço diplomático (CASARÕES, 2012). E a política externa do período, como se quer sugerir, representou uma síntese entre o desejo de modernização, de abertura econômica, e a busca pela autonomia de inserção internacional, fio condutor do Itamaraty e uma de suas mais importantes tradições.

A viagem-relâmpago ao Cone Sul: crise e integração

O curto intervalo entre as férias e o início das viagens internacionais foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica e institucional no Brasil. Discutia-se seriamente a hipótese de se antecipar a posse, como forma de estancar a derrocada da popularidade de Sarney, cujo governo já beirava a ingovernabilidade. Não era a vontade de Collor (FSP, 06/01/90, A-4), uma vez que a transição mal começara, não havia equipe e não se sabia exatamente como lidar com o quadro hiperinflacionário que se desenhava. Se a indefinição quanto ao plano econômico havia sido instrumental nos primeiros dias após a eleição, uma vez que postergou o desgaste de Collor e seus assessores, ela começava a pesar sobre os ombros do presidente eleito, gerando incertezas entre críticos e, até mesmo, entre simpatizantes (FREITAS, 1990, A-5). Por isso mesmo, a equipe do novo governo julgou por bem reduzir a duração da saída ao exterior, antes programada para 32 dias, para pouco mais de vinte (FSP, 06/01/90, A-7).

Explica-se, assim, a decisão de abreviar o roteiro sul-americano a uma “viagem relâmpago” de pouco mais de 24 horas, iniciada no dia 21 de janeiro. Era a única maneira de atender aos convites oficiais de Carlos Menem, presidente argentino, Luís Alberto Lacalle, do Uruguai, e Andrés Rodríguez, presidente eleito do Paraguai. Nos três casos, Collor de Mello tinha uma agenda muito semelhante, que envolvia a discussão sobre a dívida externa e os altos índices de inflação na região, bem como a necessidade de se aprofundar a integração latino-americana, embora houvesse, também, particularidades bilaterais a serem abordadas nas conversas.

O café da manhã com Menem refletiu o estado de espírito dos dois países – dois gigantes sul-americanos mergulhados em crise (ROSSI, 1990, A-2). Empossado em julho de 1989, o presidente argentino já havia realizado duas “cirurgias sem anestesia” para conter a febre hiperinflacionária que castigou a economia do país, sem sucesso. Na primeira delas, procedeu à maxidesvalorização do Austral, *tarifazo* e congelamento de preços. Na segunda, confiscou depósitos bancários a prazo fixo, de modo a enxugar os meios circulantes, e deu calote da dívida pública interna, convertendo-a em *Bonos* da Dívida Externa (Bonex), a serem pagos em 10 anos. O fracasso das medidas obrigou Menem a mudar o ministro da Economia duas vezes no curto período de seis meses. Logo depois da visita de Collor, o atual chefe da pasta econômica, Antonio Ernan González, empossaria o quarto presidente do Banco Central argentino. O país estava à beira de uma crise de confiança e do retorno da hiperinflação (BETING, 1990, B-2).

Por isso mesmo, era tão crucial para a Argentina manter o caminho da integração política e econômica iniciada por Sarney e Raúl Alfonsín, poucos anos antes. Em frangalhos, a economia argentina dependia da aproximação com o Brasil como forma de restabelecer-se nos trilhos. Mais que isso: a convergência programática entre Menem e Collor poderia ser um

importante mote na coordenação de políticas econômicas entre ambos os países⁵. Collor parecia compactuar da mesma ideia: sugerindo que a integração não ficasse somente no plano retórico, o presidente eleito defendeu, junto a Menem, o rápido estabelecimento de um mercado comum latino-americano, “fundamental para que possamos fortalecer o processo democrático na solução de nossos problemas” (JB, 22/01/90).

Para Collor, tratava-se de muito mais do que somente uma questão de princípios. Havia um temor real de que o Brasil fosse acometido pelo “efeito Orloff”, termo do anedotário econômico segundo o qual o país viveria, com certo atraso, as experiências argentinas. Talvez o ponto mais importante da rápida passagem de Collor por Buenos Aires tenha sido, portanto, o conselho dado a ele por Menem: na visão do presidente argentino, a preocupação com a popularidade deveria ser secundária no início do governo. Collor deveria tomar de imediato as medidas necessárias para o combate à inflação, mesmo que fossem amargas e, caso trouxessem impopularidade, o restante do mandato poderia ser utilizado para se recuperar o prestígio (FSP, 22/01/90, A-5).

A próxima parada do presidente eleito era Montevideu, capital uruguaia, onde se encontrou rapidamente com o presidente Julio María Sanguinetti no palácio presidencial. Sem uma pauta concreta para tratar – Sanguinetti entregaria o cargo a seu sucessor, Luís Alberto Lacalle, em poucos meses –, ambos discutiram questões protocolares, sendo que Collor aproveitou para reiterar sua defesa da formação de um mercado comum latino-americano, aproveitando-se de estruturas logísticas já existentes, como a hidrovía Paraguai-Paraná. Após uma rápida passagem pela sede da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), o presidente eleito rumou a Punta del Este, ao encontro de Lacalle. No almoço com sua contraparte – que declarara, dias antes, que tinha “várias afinidades em diferentes áreas” com Collor – também foram discutidas questões ligadas à integração latino-americana (FSP, 20/01/90, A-5). Naquela oportunidade, destacou-se a necessidade de adaptar o arcabouço jurídico da ALADI – um “mecanismo idôneo para que a integração deixe de ser uma retórica, para converter-se em uma realidade”, nas palavras do presidente eleito uruguaio – para aprofundar a aproximação entre os países.

A pauta com o presidente paraguaio, Andrés Rodríguez, foi mais específica do que com as demais autoridades visitadas por Collor. Não se falou de democracia ou integração latino-americana, uma vez que o Paraguai ainda vivia um governo provisório, após o golpe de Estado comandado pelo general Rodríguez que depôs o ditador Alfredo Stroessner. O tema que marcou a conversa bilateral foi a questão dos *brasiguaios* – colonos brasileiros atraídos ao Paraguai pelo governo Stroessner, nos anos 1970, quando se pretendia aumentar a produção de grãos, sobretudo soja, para exportação. Com o fim da ditadura, em 1989, os movimentos sociais paraguaios, em particular o movimento campesino, começam a organizar-se e a pressionar o novo governo a frear o movimento de expansão de investimentos e fluxos migratórios para a

5 Domingo Cavallo, ministro das Relações Exteriores e peça-chave na formulação das políticas macroeconômicas argentinas, apontou semelhanças entre o plano exposto por Collor e as diretrizes econômicas de seu país: políticas fiscais que eliminem os déficits, abertura das economias ao exterior para aumentar a competitividade industrial, integração aprofundada até a formação de mercado comum, economia onde a iniciativa privada seja protagonista – essas coincidências, segundo o ministro, ajudariam a colocar em prática o protocolo 24 assinado por Brasil e Argentina, que prevê a coordenação das políticas macroeconômicas. Ver FSP, “Chanceler vê pontos comuns nos dois planos”, 22 de janeiro de 1990, A-5.

fronteira “movediça” do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2005, p. 158). Naquele mesmo ano, o senado aprovou o projeto de lei do senador Rodolfo González Garabelli, estabelecendo uma “faixa de segurança” de 50 quilômetros ao longo da fronteira paraguaia como “zona exclusiva” para nacionais. Essa medida era particularmente problemática ao Brasil, pois envolvia a expropriação de terras arrendadas por brasileiros no Paraguai, bem como a expulsão de praticamente 350 mil *brasiguaios* da região, o que potencialmente causaria problemas econômicos e sociais. Decidido a manter boas relações com o Brasil, país de quem o Paraguai dependia em grande parte de suas atividades econômicas, Rodríguez prometeu a Collor articular a derrubada do projeto de lei, caso ele não fosse vetado pela Câmara (FSP, 23/01/90, A-7).

Desde o princípio, sabia-se que a visita de Collor aos países vizinhos era muito mais um ato simbólico do que um encontro pragmático, com pautas extensas e projetos conjuntos. Em geral, as conversas foram limitadas a platitudes, gentilezas e à reafirmação de um processo de integração econômica que parecia fundamental às nações do Cone Sul, até mesmo como maneira de se contrapor ao fortalecimento dos grandes blocos econômicos que se organizavam na Europa, na Ásia e na América do Norte. A avaliação de Newton Rodrigues – para quem a viagem foi, antes de tudo, “um gesto de boa vontade” – nos parece correta e adequada: “Como afirmação política (...) a excursão foi um êxito, indicando interesse por uma política de entendimento continental, mais necessário depois da invasão norte-americana no Panamá e da abertura ao Leste, que não terá consequências favoráveis aos investimentos no Brasil” (RODRIGUES, 1990, A-2).

A entrevista coletiva no interregno entre viagens: consolidação das posições básicas

Antes de embarcar para a próxima etapa da viagem oficial, Collor concedeu sua segunda entrevista coletiva como presidente eleito. Muitas das perguntas giraram em torno da conjuntura internacional que seria enfrentada pelo novo governo e as respostas indicam que o Brasil buscaria manter uma postura autônoma. A dívida externa foi objeto da primeira pergunta, motivada pela decisão do Eximbank de colocar o Brasil na lista de altíssimo risco no mercado financeiro internacional, dada a situação de virtual moratória brasileira. O presidente eleito foi taxativo, referindo-se à conversa com o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford: “nossa proposta (...) [obedece] fundamentalmente a um parâmetro: nós não podemos abrir mão do nosso crescimento econômico. Não se trata, portanto, de saber quanto nós poderemos crescer, depois de pagar a nossa dívida externa, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido o nosso crescimento econômico” (OESP, 25/01/90, p. 7)

A próxima pergunta sobre política externa dizia respeito ao Panamá. O jornalista da Associated Press recordou a posição de Collor de alguns meses antes, que havia sido extremamente crítica à invasão norte-americana. Diante da ofensiva diplomática dos EUA para minimizar os danos entre os aliados da América Latina, questionou-se se o presidente eleito continuaria “como crítico ou já começa a atuar como presidente do Brasil, necessitado da ajuda financeira americana”. Collor tergiversou: “Minha crítica, no momento em que se realizou essa

invasão, não foi aos Estados Unidos da América. Foi a qualquer país de nosso continente”. Insistiu, de todo modo, na ideia de que os EUA haviam ferido “um dispositivo fundamental da boa convivência entre as nações”, a autodeterminação dos povos (OESP, 25/01/90, p. 7).

Integração latino-americana e a formação dos grandes blocos econômicos foram o tema da terceira pergunta sobre política externa. O correspondente da France Presse quis saber como o Brasil conseguiria captar investimentos, diante do quadro de ascensão da Europa do Leste. Collor apostou na integração competitiva para sustentar a viabilidade da economia brasileira no longo prazo:

A unificação do mercado ou dos nossos mercados, sem dúvida fortalecerá a democracia no continente e agilizará o desenvolvimento econômico e social de toda essa nossa região (...) Mas, se de um lado nós brasileiros e nós latino-americanos temos que receber com esse entusiasmo e com aplauso o que vem acontecendo lá no Leste Europeu (...) isso nos traz uma certa apreensão do ponto de vista econômico, porque, é claro, o nosso continente deixa de ser o único captador de investimentos e capitais externos (...) É por isso que, mesmo no decorrer da campanha (...) eu já dizia que nós tínhamos que fazer do Brasil um país competitivo. Que nós tínhamos que nos integrar competitivamente à economia mundial (OESP, 25/01/90, p. 7).

A posição sobre ecologia manteve-se rigorosamente igual àquela defendida ao longo da campanha, repetindo-se, inclusive, as mesmas frases de efeito utilizadas ao longo dos meses anteriores, em tom acusatório: “os países industrializados têm uma grande parcela de culpa nesse transtorno ambiental que vem sendo causado ao nosso planeta (...) Eu acho que todos nós temos que nos sentar numa mesa, conversarmos clara e abertamente, sem acusações mútuas e recíprocas e encontrarmos modos, maneiras de nos ajudarmos mutuamente” (OESP, 25/01/90, p. 7).

Estados Unidos: “a primeira impressão é a que fica”

A primeira parada de Collor em seu segundo périplo internacional foi nos Estados Unidos, no dia 25 de janeiro. Embora as relações viessem melhorando desde o início do governo Bush, restavam importantes divergências bilaterais, tanto ligadas à dívida externa quanto às questões de propriedade intelectual – das quais se destacavam as patentes farmacêuticas e a legislação de informática. Na viagem, contudo, o presidente eleito queria dar-lhes contornos políticos, para além das questões técnicas que haviam orientado a agenda bilateral até então. Por isso mesmo, não interessava a Collor levar aos Estados Unidos propostas objetivas sobre os contenciosos. “Não tenho nenhum interesse de descer a detalhes nessa viagem”, declarou o presidente eleito, no dia anterior ao embarque (FSP, 25/01/90, A-6). Além destes temas, entrariam para a pauta os investimentos norte-americanos na América Latina e no Brasil, principalmente diante do contexto de abertura do Leste Europeu, como também a questão ecológica, a qual Collor havia feito sua bandeira de campanha.

Tratava-se, claramente, de uma viagem mais importante para o convidado do que para o anfitrião. Desde o princípio, a Casa Branca caracterizou a visita de Collor de Mello ao país como

“um encontro preliminar, uma cortesia” (FSP, 24/01/90, A-6), marcado pela compreensão de que não era possível encaminhar nenhuma questão substantiva até que o presidente eleito fosse empossado. De todo modo, a administração Bush guardava certa expectativa, por saber que a recuperação das boas relações bilaterais com o Brasil fazia parte do plano mais amplo do presidente norte-americano de reposicionar a América Latina como região estratégica para os Estados Unidos. Era importante, portanto, que Collor causasse uma boa impressão – sem se comprometer, contudo, com promessas que não conseguiria cumprir.

A agenda de Collor no coração financeiro dos EUA envolveu dois encontros importantes. O primeiro deles foi com a comunidade judaica norte-americana e brasileira. Em reunião com o presidente e o secretário-geral do *World Jewish Congress*, Edgar Bronfman e Israel Singer, além do presidente da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), Benno Milnitzky e o rabino Henry Sobel, da Congregação Israelita Paulista (CIP), o presidente Fernando Collor afirmou que o Brasil cometeu um erro ao votar nas Nações Unidas, em 1975, a favor da Resolução 3379, que considerava o sionismo uma forma de racismo – ajudar a revogá-la teria sido uma promessa de Tancredo Neves, que não viveu para cumpri-la, de acordo com Sobel. No encontro, Bronfman ressaltou a posição do Congresso Judaico de defender os interesses da América Latina e do Brasil, valendo-se do lobby judaico para evitar qualquer desvio de investimentos da região para o Leste Europeu, como se vinha discutindo nos Estados Unidos (FSP, 26/01/90, A-7).

Ao fim, Sobel lembrou o compromisso de Collor, assumido em campanha, de não conceder status diplomático ao escritório da OLP no Brasil. Para o rabino, a imagem de moderação que a OLP tentava projetar naquele momento escondia as facções que ainda defendiam a eliminação do Estado de Israel. A gafe diplomática cometida por Collor alguns meses antes – quando declarou que não reconheceria o direito palestino a um Estado soberano e viu-se obrigado a voltar atrás após protestos dos países árabes – ainda cobrava seu preço. No dia seguinte, o representante no Brasil da OLP, Ahmad Sobeh, disse que não pretendia criar polêmica com o governo brasileiro, e que o assunto seria tratado “respeitosamente, sem qualquer tipo de pressão” após a posse, “pois estamos num país amigo” (FSP, 27/01/90, A-7).

O segundo encontro de Collor em Nova York foi com representantes dos maiores empresários norte-americanos, com quem o presidente eleito estava disposto a dialogar. A reunião-almoço foi patrocinada pela Sociedade das Américas (*Americas Society*), presidida por David Rockefeller (ex-presidente do Conselho Diretor do Chase Manhattan) e pela *Brazilian-American Chamber of Commerce*, duas organizações mantidas por grandes empresas com interesses na América Latina (FSP, 26/01/90, A-5). O discurso de Collor, redigido por Zélia e Gelson Fonseca Jr., propunha uma retórica moderada com relação à dívida externa, mas mantendo as tradicionais posições de manutenção do interesse nacional e de retomada das negociações somente quando se criassem condições econômicas para tal.

Para o presidente eleito, seria fundamental enfrentar o problema da dívida, estabelecendo-se condições de negociação que incorporassem a “necessidade impostergável” do desenvolvimento econômico. “Não temos a ilusão de poder impor unilateralmente um caminho de negociação, mas não podemos aceitar imposições, acordos que se assemelhem a contratos de adesão e que, impedindo nosso crescimento econômico, nos condenem ao atraso e à miséria”. Collor aproveitou para denunciar a negligência dos países desenvolvidos com relação à América

Latina, onde o problema da dívida externa continuava a “gerar efeitos econômicos devastadores e a elevar a níveis críticos os riscos de inquietação social”. Fazia referência direta, além do Brasil, às críticas situações da Venezuela, com a recente tragédia do *Caracazo*⁶, e da Argentina. “É responsabilidade tanto dos devedores, como dos credores, encontrar uma saída sensata, balanceada e construtiva” para a questão. Por fim, o presidente eleito conclama a comunidade internacional a encarar as nações latino-americanas sob uma nova ótica:

não mais como uma vaga aglutinação de realidades nacionais mal diferenciadas, e sim como uma região que, apesar da enorme diversidade de cada um dos Estados que a compõem, está se transformando num espaço humano e geográfico cada vez mais integrado política e economicamente, sob a égide da democracia conquistada (COLLOR DE MELLO, 1990).

Da reunião com o empresariado norte-americano – que causou “muito boa impressão”, nas palavras de Rockefeller –, Collor embarcou para Washington, onde se reuniu, na manhã do dia 26, com o presidente Bush e seus principais assessores (FSP, 26/01/90, A-6). A secretaria de imprensa da Casa Branca emitiu comunicado, após o encontro, dizendo que Bush “reconheceu o importante papel do Brasil nos assuntos hemisféricos”, “manifestou seu forte apoio aos planos do presidente eleito Collor para reformar e revitalizar a economia brasileira”, e “afirmou que os Estados Unidos trabalharão próximos ao Brasil em direção a esse objetivo” (THE WHITE HOUSE, 1990). A jornalista, o porta-voz adjunto do governo Bush, Roman Popadiuk, disse que o presidente norte-americano havia ficado impressionado com Collor e disse que faria de tudo para incluir o Brasil no Plano Brady, que passaria a se chamar Plano Bush. O embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, revelou que Collor reagiu positivamente à proposta, e que a sintonia entre os dois presidentes levou o americano a mudar seus planos e convidar a comitiva brasileira para um jantar não programado na Casa Branca (FSP, 27/01/90, A-5).

À saída da reunião, o secretário Baker disse que Collor havia se mostrado “vigoroso e decidido” em sua agenda liberalizante e modernizadora. Opinião semelhante foi dada por Bernard Aronson, subsecretário de Estado para América Latina, que foi além: “parece-me que [Collor] realmente vai cumprir sua plataforma apresentada na campanha presidencial. Parece-me também que, por isso, vai se encaixar na categoria dos melhores presidentes da América Latina, ao lado de Oscar Arias, da Costa Rica, e Salinas de Gortari, do México” (FSP, 27/01/1990, A-7). A estratégia de construção da credibilidade presidencial estava, pelo visto, surtindo o efeito desejado. A esse respeito escreveu o professor da UFRJ, Arnoldo Wald:

No momento em que parecia que a América Latina tinha perdido qualquer possibilidade de retomar um lugar na formação dos grandes blocos multinacionais que está ocorrendo nos últimos anos, o Brasil afirmou sua presença e sua importância política, num discurso novo, que sensibilizou as mais altas autoridades americanas (...) Com a nova sensibilidade que orienta agora as entidades internacionais, com uma decisão política dos principais governos estrangeiros de rever a posição brasileira, com a credibilidade que nosso país pode alcançar

6 O chamado *Caracazo* foi o confronto violento, na capital venezuelana, entre governo e manifestantes, revoltados com as decisões econômicas do recém-empossado presidente Carlos Andres Pérez, que envolviam o aumento de preços de combustíveis e serviços públicos, bem como profundo ajuste fiscal, como forma de viabilizar empréstimos do Fundo Monetário Internacional. O enfrentamento deixa centenas de mortos e mais de dois mil feridos (López-Maya, 2003).

no exterior, tomando as medidas institucionais que se impõem e dando-lhes continuidade, é possível que, no futuro, o Plano Brady renegociado, ampliado e transformado em Plano Bush provoque, para o Brasil, uma reversão de expectativas análoga à que ensejou o Plano Marshall para os países europeus logo após a Segunda Guerra Mundial. (WALD, 1990: p. 4)

Japão: revertendo a “década perdida”

No dia 28 de janeiro, Collor chegou a Tóquio, capital daquela que era, à época, a segunda economia do mundo. Com uma balança comercial fortemente superavitária e um produto interno bruto correspondente a mais da metade do norte-americano, os japoneses transformavam suas enormes reservas cambiais em maciços investimentos em vários pontos do planeta. “Nenhum país carente de recursos pode pensar hoje em atrair capitais externos sem colocar o Japão no topo da lista de prioridades”, afirmava editorial d’*O Globo*, no contexto da viagem de Collor (O GLOBO, 03/02/90, p. 4). O relacionamento com os nipônicos, contudo, não vinha de uma década próspera:

O fenômeno da dívida externa, os problemas internos causados pelas altas taxas de inflação, somados à instabilidade econômica, esfriaram o relacionamento entre os dois países. Além disso, os interesses das empresas japonesas passaram por mudanças, deslocando a prioridade para a defesa de mercado para os seus produtos. A atenção japonesa voltou-se para os países desenvolvidos – principais mercados às exportações japonesas – que ameaçavam impor medidas protecionistas contra importações. Por causa dessa nova preocupação os países supridores de matérias-primas e recursos naturais, como o Brasil, passaram para um segundo plano. (UEHARA, 1999)

Com efeito, o Brasil – que recebia, no começo dos anos 1980, algo em torno de 10% dos investimentos japoneses no exterior – fechou a “década perdida” com menos de 1% destas inversões. O Panamá, por suas características de paraíso fiscal apto a abrigar as frotas mercantes japonesas e facilitar a internacionalização dos bancos japoneses, passou a concentrar mais da metade das aplicações nipônicas, ao fim do período. O desafio do Brasil, portanto, era “conseguir fazer-se integrar ao processo de globalização da economia japonesa” (SCHWARTZ, 1991, p. 24). Aos olhos do Japão, havia um problema de credibilidade: o governo Sarney havia sido o grande responsável pela degeneração da imagem brasileira, transformando o Brasil “no país mais ocidental da África”, contraindo dívidas sem o compromisso de pagá-las. Nos idos de 1989, o Japão concentrava nada menos que 17% da dívida brasileira, sendo o segundo maior credor do Brasil, atrás dos Estados Unidos. Assim, reconquistar a credibilidade do país perante empresários e políticos japoneses deveria ser, segundo o deputado Delfim Neto (PDS-SP), a prioridade do novo governo (FSP, 28/01/90, A-8).

A estratégia de Collor passava, à semelhança do que havia empreendido nos EUA, pelo restabelecimento da confiança no governo brasileiro. No caso japonês havia, além da questão da dívida e das dificuldades econômicas que se acumulavam, um contencioso específico, ligado à Usiminas. Através de mudanças no capital da estatal de siderurgia, a participação dos sócios japoneses da *Nippon Steel* foi reduzida, o que gerou reações negativas entre os empresários

nipônicos. Era de se esperar, por conseguinte, que o presidente eleito se envolvesse numa agenda intensa. Nos dois dias em que ficou no país, encontrou-se com o primeiro-ministro, Toshiki Kaifu, e visitou o imperador Akihito no Palácio Imperial – uma deferência a Collor, já que era praxe que o chefe de Estado japonês só recebesse líderes empossados. Além disso, sentou-se com representantes governamentais, como Takashi Tanaka, do *Eximbank* japonês, e Mitsuhide Yamaguchi, do Fundo Econômico de Cooperação Internacional, com os quais negociou a liberação de US\$ 1,4 bilhão destinados a projetos de infraestrutura no Brasil. Reuniu-se, por fim, com empresários japoneses no Keidanren – a Federação das Organizações Econômicas do Japão – e, na sede do Banco de Tóquio, com representantes dos dez bancos credores do Brasil, cujo montante de empréstimos somava, à época, nada menos que US\$ 12 bilhões (FSP, 28/01/90, A-8).

Aos representantes do setor industrial nipônico, Collor fez um discurso incisivo em defesa da economia de mercado e pelo fim dos privilégios cartoriais para alguns setores. O presidente eleito defendeu a privatização das empresas estatais, sugerindo o estabelecimento de mecanismos de conversão da dívida externa em investimentos. Sinalizou, também, para a abertura do mercado brasileiro para a indústria automobilística japonesa, que se encontrava em franca expansão. Aos banqueiros, Collor afirmou o que havia dito em Nova York, alguns dias antes: seu governo não se nega a pagar a dívida, mas condiciona a quitação dos atrasados e dos juros às necessidades de implantação de um programa que assegure níveis razoáveis de crescimento (OESP, 30/01/90, p. 4). Em discurso mais geral realizado no *National Press Club* japonês, além da reafirmação da necessidade de reforma do Estado, o presidente eleito voltou a insistir na tese da responsabilidade coletiva sobre o subdesenvolvimento:

Quem se limitasse ao acompanhamento dessas grandes notícias [ligadas ao fim da Guerra Fria] poderia até acreditar que a História agora caminha numa direção única e positiva, ou até mesmo se deixar levar pela euforia e pedir que fiquemos onde estamos, num imaginado fim da História. No universo da realidade, as condições em que vive a maioria dos seres humanos deixa muito a desejar. Se a capacidade de resolver problemas aumentou, também aumentaram a diversidade e a dimensão desses mesmos problemas. A comunidade internacional tem diante de si a necessidade imperiosa de encontrar uma saída para o impasse do subdesenvolvimento. (OESP, 30/01/90, p. 5)

Na entrevista que concedeu logo depois, Collor tocou na questão ambiental, uma das tônicas de sua agenda externa. Voltou a frisar que o Brasil desejava discutir o tema de maneira “ampla, franca e aberta”, contando com o envolvimento da comunidade internacional para promover a transferência de tecnologia no combate às emissões de gases tóxicos e qualificar o debate global ecológico. “Nós contamos firmemente com o apoio dos países industrializados como o Japão, país amigo, país que vem sendo solidário em todos os instantes com o Brasil e que poderá em muito ajudar esse projeto de preservação ambiental do nosso planeta” (OESP, 30/01/90, p. 5).

Ainda que simbólicos, alguns resultados foram observados imediatamente. O primeiro-ministro Kaifu prometeu, ao fim de seu encontro com o presidente eleito, a liberação de US\$ 480 milhões ao Brasil logo depois da posse, destinados ao financiamento de projetos de

irrigação no Nordeste. O empresariado nipônico, pela figura do presidente da Sony, Akio Morita, também se mostrou entusiasmado com a “juventude e a firmeza” do próximo presidente brasileiro, levando os japoneses a acreditar que o futuro governo dará boa oportunidade para os investimentos privados vindos do Japão. Otimistas também ficaram os representantes dos credores privados, que consideraram a possibilidade de uma renovada contribuição japonesa para o desenvolvimento brasileiro “se os acordos com o FMI e o Banco Mundial avançarem” (OESP, 30/01/90, p. 5).

União Soviética: a busca de um diálogo “Leste-Sul”

O próximo destino do novo presidente era a União Soviética – um país em crise, acumulando problemas financeiros e políticos desde a invasão do Afeganistão, uma década antes, e intensificados pela queda do muro de Berlim, havia poucos meses. Gorbachev, o reformista que mudara radicalmente a maneira como os soviéticos eram encarados pelo mundo ocidental, estava vendo suas reformas tomarem rumos imprevisíveis e desconhecidos. Muitas delas, em vez de apaziguar a população, suscitaram manifestações nacionalistas em diversas repúblicas soviéticas, do Azerbaijão aos países do Báltico e exigiram do governo respostas violentas. Ao contrário de outros tempos, os soviéticos precisavam de apoio político e econômico internacional – e, na relação com o Brasil, o pragmatismo substituía a ideologia, fator que impedira aproximações maiores nos governos anteriores. Noenio Spinola dava a dimensão da importância do Brasil nesse contexto:

Collor de Mello certamente ouvirá de Gorbachev seu interesse em um ponto: a URSS quer o apoio político do Brasil (e, neste caso, o Brasil pesa) para promover o desarmamento e suas ofensivas nos teatros de guerra europeus. A resposta ocidental tem sido lenta aos olhos de Moscou, onde há pressa para trocar canhões por manteiga. (SPINOLA, 1990, p. 2)

A expectativa, por isso mesmo, era grande. A despeito do protocolo austero e formal com que os meios de comunicação oficiais tratavam visitas estrangeiras, Moscou dava todos os sinais de que atribuía uma importância excepcional à visita do presidente eleito do Brasil. Tanto a *Rádio Moscou* quanto os diários governamentais *Izvestia* e *Pravda* descreveram Collor como um político jovem, dinâmico e com um programa de governo que teria, para o Brasil, o mesmo significado que a perestroika para a URSS. A agência oficial *Tass*, por sua vez, dava informes diários sobre as etapas da viagem de Collor (FSP, 31/01/90, A-8). Além disso, noticiou-se, com incomum ênfase, a concessão de credenciais ao novo embaixador do Brasil em Moscou, Sebastião do Rego Barros (FSP, 30/01/90, A-10).

No Brasil, também havia entusiasmo com relação à visita do presidente eleito a terras soviéticas. A normalização política já vinha se construindo desde 1985, quando o então chanceler Olavo Setúbal visitou a URSS – e foi reciprocado por sua contraparte, Eduard Shevardnaze, em 1987 e, no ano seguinte, deu-se a visita oficial de Sarney a Moscou e Leningrado (PEREIRA, 2003). Diplomatas e empresários brasileiros viam a necessidade de aprofundamento de relações econômicas com a União Soviética, um parceiro até então distante, mas com grandes

potenciais de complementaridade. Algumas *joint ventures*, em setores tão diversos como suco de laranja, confecção têxtil e informática, já haviam sido estabelecidas. Falava-se, inclusive, da abertura de um escritório de representação do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em Moscou, tornando-se a primeira instituição financeira latino-americana a instalar-se no país (FSP, 30/01/90, A-10).

Além disso, uma questão pessoal tornava o encontro particularmente interessante a Collor de Mello: por algumas vezes em sua campanha, ele havia buscado criar algum tipo de identificação entre si próprio e Gorbachev. Nos últimos anos, o líder soviético fora alçado, nas palavras de Sebastião do Rego Barros, à condição do *superstar* mundial. “Se você pegar a partir da posse do Gorbachev em [19]85, o mundo, de certa maneira, passa a viver em torno do Gorbachev” (REGO BARROS, 2011, p. 22). O que chamava a atenção do presidente eleito do Brasil era não só a imagem de grande reformista do fim do século, que Gorbachev havia habilmente construído, mas também seu engajamento veemente com a causa ambiental, à qual propunha uma “perestroika de 180 graus”:

Com sua extraordinária capacidade de transformar desafios em surpresas, Gorbachev associa a perestroika à ideia ambientalista. A motivação imediata residirá talvez nos dois grandes desastres ecológicos do regime soviético: o acidente de Chernobyl e a dessecação do Lago Aral. Habilmente, Gorbachev transformou a retificação de erros no apostolado de uma nova causa. Suas propostas são ousadas. Primeiro, é necessário ecologizar a política. Segundo, o direito ao meio ambiente sadio passa a ser um direito humano fundamental. Terceiro, é necessária a formulação de um código internacional de ética ecológica. Quarto, cumpre-se criar uma Cruz Verde internacional para socorrer os locais atingidos por catástrofes ecológicas, através da formação na ONU de esquadrões de capacetes verdes disponíveis para auxiliar em emergências ecológicas. Quinto, e mais controversamente, estabelecer-se-iam mecanismos de controle internacional, que permitissem inspeções em territórios de outros países para monitoramento da política ecológica. (CAMPOS, 1990, p. 2)

Ao desembarcar em Moscou, Collor foi recebido com honras de estadista pelo primeiro vice-presidente do Soviete Supremo, Anatoli Lukianov, e Viktor Komplektov, vice-ministro das Relações Exteriores. No dia 31 de janeiro, Collor reuniu-se com o premiê soviético, Mikhail Gorbachev, que elogiou o presidente eleito por ter aproveitado este momento, antes da posse, para viajar pelo mundo. “Depois não dará tempo”, observou. Na conversa, ambos defenderam a necessidade de aumentar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética e promover maior cooperação nas áreas científica e tecnológica (OESP, 01/02/90, p. 5). Trataram, também, de problemas ligados à América Central e ao Caribe, de interesse comum entre os dois países. Collor aproveitou para transmitir a Gorbachev uma mensagem de Bush sobre as dificuldades que o líder da URSS enfrentava no Azerbaijão – o que, segundo o chanceler Shevardnadze, criou condições para um telefonema posterior entre os presidentes americano e soviético (O GLOBO, 02/02/90, p. 3). A imprensa mundial deu, no dia seguinte, bastante destaque à alegada mediação russo-americana feita pelo presidente eleito do Brasil (REGO BARROS, 2011, p. 23).

O último compromisso político de Collor de Mello em Moscou foi uma cerimônia na Academia de Ciências, entidade de grande importância científico-tecnológica e política do país. Em seu pronunciamento, o presidente eleito frisou a necessidade de se definir e explorar um

novo diálogo Leste-Sul, entre os países do bloco soviético e os subdesenvolvidos. “A corrida pelo Leste não pode ser a corrida para longe da América Latina. Ao contrário, é hora de evitar divisões. Impõe-se reunir todos os países com superior necessidade de desenvolvimento acelerado num esforço conjunto de cooperação e de coordenação de interesses”. Collor também exaltou as transformações promovidas por Gorbachev e traçou um paralelo entre as situações vividas pelos dois países:

Feitas as ressalvas necessárias, identifico minha luta e a luta do povo brasileiro com a luta do presidente Gorbachev e do povo soviético. Talvez hoje as ideologias não tenham o valor de outras épocas, não sejam mais orientadoras rígidas da gerência da sociedade. Hoje, o fundamental é a busca, por meios eficientes e adequados, do bem-estar social. (O GLOBO, 02/02/90, p. 3)

Ainda durante a reunião, o presidente eleito abordou temas ligados à dívida externa e à ecologia – neste caso, propôs-se o estabelecimento de um acordo bilateral para o desenvolvimento de tecnologia que proteja as matas daqueles que eram considerados “os dois maiores reservatórios de oxigênio do planeta” (O GLOBO, 02/02/90, p. 3). Por fim, o Brasil foi convidado pelos membros da Academia de Ciências a integrar um projeto internacional para a construção de um reator termonuclear, chamado Takamak. Até então, só participavam do projeto, além da URSS, os EUA, os países europeus-ocidentais e o Japão. Para Collor, o convite foi, em si, uma importante vitória política, já que seus esforços pessoais concentravam-se em criar espaços de diálogo com interlocutores importantes no plano mundial (FSP, 02/02/90, A-5).

Europa: dívida externa e meio ambiente em questão

Em Bonn, próximo destino do presidente-eleito, Collor encontrou-se com o presidente alemão, Richard von Weizsaecker. Um tema, em particular, preocupava o brasileiro: o risco da debandada de investimentos da América Latina em direção ao Leste Europeu. Quanto a isso, Weizsaecker garantiu-lhe – como havia afirmado, também, ao presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, que visitara a RFA dois dias antes de Collor – que não haveria risco, pois os interesses alemães nas economias latino-americanas eram de longo prazo (FSP, 02/02/90, A-6).

Na reunião que teve com o chanceler Helmut Kohl e outros ministros alemães, no dia seguinte, 3 de fevereiro, dois temas foram prioritários: dívida externa e ecologia. Após a apresentação do plano de estabilização econômica, os membros do governo alemão disseram estar entusiasmados com a possibilidade de ajudar o Brasil a encontrar uma “solução duradoura” para o problema da dívida. No campo ambiental, Collor afirmou que “todos esses efeitos da poluição são ocasionados pelos países industrializados”, condenando o gasto excessivo das potências com armamentos e que o total gasto, US\$ 800 milhões, poderia ser utilizado para “limpar nosso planeta em cinco anos”. As palavras do presidente-eleito repercutiram positivamente, sobretudo entre os membros do Partido Verde alemão, interessados em assegurar o enfoque ambiental da política externa alemã (LOHBAUER, 2000). No encontro que manteve com empresários e banqueiros, Collor agradeceu a seus interlocutores ao apresentá-lhes suas ideias sobre a modernização do país, dívida externa e ecologia (FSP, 03/02/90, A-6).

Naquela oportunidade, Collor chamou os carros nacionais de “verdadeiras carroças”, declaração que ficaria marcada como um símbolo da necessidade da abertura do mercado automobilístico para a concorrência estrangeira (OESP, 11/02/90, p. 2).

Em Berlim e Turim, Collor fez um roteiro de promoção pessoal, sem qualquer tipo de agenda política. Na primeira cidade, símbolo do fim da Guerra Fria, a ideia era somente ser visto próximo ao muro de Berlim já em pedaços, mas a viagem acabou sendo prejudicada por hostilidades de brasileiros que se manifestaram contra sua presença. Na cidade italiana, sede dos jogos da primeira fase da seleção brasileira na Copa de 1990, o presidente eleito aproveitou a visita para reunir-se com o empresário Giovanni Agnelli, presidente da Fiat e de um conglomerado de mais de 500 empresas, considerado um dos maiores industriais da Itália (FSP, 04/02/90, A-6). Em Roma, Collor participou de seis reuniões – inclusive com o primeiro-ministro, Giulio Andreotti e com o presidente, Francesco Cossiga –, todas de caráter protocolar.

Em Paris, no dia 6 de fevereiro, Collor encontrou-se com François Mitterrand. A conversa foi pautada pela questão da dívida externa e envolveu grandes comitivas de ambos os lados, em contraste com outras reuniões com autoridades, às quais não foi dada tanta importância substantiva. Embora não se tenha falado em ecologia – tema caro às relações bilaterais Brasil-França, em função das recentes declarações francesas sobre a Amazônia⁷ –, a abordagem da temática da dívida, em si, pode ser considerada um grande êxito político. Collor recebeu a “forte solidariedade” de Mitterrand na negociação entre o futuro governo e o Clube de Paris, conseguindo apoio à sua tese de que o pagamento dos juros somente seria reiniciado depois de asseguradas condições para o desenvolvimento econômico do país. Aos empresários franceses, o presidente eleito causou boa impressão ao falar de suas reformas liberalizantes (FSP, 07/02/90, A-5-6). Com o primeiro-ministro Rocard, que já havia recebido Collor ainda candidato, no ano anterior, o tema ambiental voltou à pauta, lado a lado com a questão da dívida. De acordo com o assessor de imprensa do presidente eleito, Rosa e Silva, embora a viagem não tivesse o intuito de fechar acordos, havia a decisão concreta, por parte do governo brasileiro, de “renegociar a dívida em termos que assegure (sic) a soberania nacional” (FSP, 08/02/90, A-4).

Em Londres, Collor reuniu-se com a primeira-ministra, Margaret Thatcher, com o príncipe Charles e com representantes dos bancos britânicos. Destes, recebeu o compromisso de que iriam retirar as pré-condições para a negociação da dívida com o Brasil – num voto de confiança às reformas modernizantes prometidas pelo presidente eleito. Os banqueiros afirmaram que o primeiro passo para as conversas entre o governo brasileiro e os credores londrinos já havia sido dado quando Collor afirmou que não entraria em confronto com a comunidade financeira internacional (FSP, 09/02/90, A-6).

O momento mais difícil do presidente eleito foi em Portugal. Collor gastou a maior parte de seu tempo buscando apagar a “péssima repercussão” que havia causado uma piada contada por

⁷ Em março de 1989, na Conferência Internacional sobre Proteção da Atmosfera do Globo, em Haia, os representantes brasileiros, Flecha de Lima e Bernardo Pericás, ouviram diretamente do primeiro-ministro da França, Michel Rocard, que o Brasil não era capaz de cuidar da Amazônia. O presidente francês, François Mitterrand – um dos proponentes da Conferência, junto com os chefes de Estado de Holanda e Noruega – foi mais longe, acrescentando que achava natural que alguns países de Terceiro Mundo renunciassem “a parte de suas soberanias” em questões ambientais. O Itamaraty trabalhou para evitar, na reunião multilateral, que se criasse – como era a vontade dos proponentes – uma “polícia ecológica internacional”, ou um “ministério público ecológico” (CORRÊA DO LAGO, 2006, p. 153; FSP, 12/03/89, C-3).

ele a Carlos Menem, algumas semanas antes⁸. Nos encontros que manteve com Mário Soares e Cavaco Silva, o tema principal foi o comércio bilateral, com destaque para a operação de um crescente número de empresas brasileiras em terras lusitanas. A ideia do novo presidente era valer-se de Portugal como porta de entrada aos produtos brasileiros no continente europeu, a partir de 1992 (FSP, 10/02/90, A-7). O crescente interesse mútuo justificou, após a passagem de Collor por Lisboa, o estabelecimento de uma “linha direta” entre Collor e o presidente Soares, bem como a manutenção de iniciativas lançadas pelo governo Sarney, como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (FSP, 11/02/90, A-8).

A última etapa do périplo do presidente eleito foi a Espanha. Os jornais destacaram a sintonia pessoal entre Collor e o primeiro-ministro espanhol, Felipe González, político de características muito semelhantes às do brasileiro – seja pela juventude, pelas alegadas convicções políticas ou pelo estilo de vida. De González, o presidente eleito ouviu uma advertência: independentemente do Leste Europeu – fonte dos maiores temores do novo governo brasileiro, por representar um polo concorrente de atração de investimentos e comércio – caberia ao Brasil demonstrar à comunidade internacional “confiabilidade e credibilidade”. Sem o reordenamento da economia, que se encontrava em aguda crise, não haveria possibilidade de ingressos expressivos de capital no país (FSP, 11/02/90, A-7-8).

Conclusão

Em balanço da viagem, o porta-voz do presidente eleito, Cláudio Humberto Rosa e Silva, disse que Collor queria integrar o Brasil aos países do Primeiro Mundo. “Não interessa ao Brasil a posição de líder dos miseráveis. O presidente deseja inverter o processo estabelecido nos últimos anos por José Sarney, a opção de ser grande entre as nações subdesenvolvidas” (FSP, 12/02/90, A-5). Esse mesmo mote – o Brasil como último dos primeiros e não como primeiro dos últimos – seria repetido por Collor em algumas oportunidades posteriores (NYT, 09/02/90). Exatamente por esse tipo de retórica, além da boa impressão pessoal que causou à maioria de seus interlocutores, o balanço da viagem de presidente eleito foi bastante positivo. De acordo com editorial da *Folha de S. Paulo*,

o presidente eleito apresentou, às principais autoridades econômicas e políticas do mundo desenvolvido, propósitos de integração efetiva do Brasil no cenário internacional; transmitiu para o público interno e externo, com incansável talento de marketing, a imagem de modernização e dinamismo que pretende atribuir a seu governo (...) É na prática de governo, contudo, que se irá comprovar ou não a consistência dos projetos do presidente eleito. Enunciou-os, apenas; mas é inegável que o fez com bastante talento. (FSP, 12/02/90, A-2)

⁸ Ganhou ampla repercussão uma anedota contada por Collor a Menem, diante de jornalistas. Segundo o presidente eleito, seu maior concorrente nas eleições, Luiz Inácio Lula da Silva, ganhara popularidade em alguns países europeus, levando certas pessoas a imitar o estilo de Lula. Enquanto os franceses resolveram usar seu boné e os alemães deixaram crescer a barba, os portugueses resolveram cortar o dedo mínimo da mão esquerda. Transmitida a Lisboa por meio de agências internacionais de notícias, a piada chegou a provocar uma manchete indignada num dos maiores jornais do país, o *Diário de Lisboa*, que publicou reportagem intitulada “Collor insulta os portugueses”. Ver *Veja*, 31/01/1990: p. 36.

As incertezas que permaneciam estavam ligadas à capacidade de Collor de realmente efetivar as promessas realizadas além-mar. O primeiro passo no sentido de concretizar as promessas era montar uma equipe de governo compatível com seus objetivos políticos, e foi a isso que o presidente eleito se dedicou nos dias que se seguiram. O nome de Zélia Cardoso de Mello como ministra da Economia (superministério que acumularia as funções da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio) foi anunciado no dia 1º de março, causando reações positivas entre empresários e opinião pública (FSP, 01/03/90, A-5). Para espectadores externos, a nomeação de Zélia – assessora de Collor desde o início da campanha e conhecida por sua lealdade ao presidente eleito – era sinal de que o governo cumpriria as promessas a partir das propostas apresentadas nas viagens ao exterior. A partir daí, a composição da equipe vinculada à política externa tornava-se questão menos central, uma vez que os contenciosos mais graves eram de natureza financeira e comercial.

Quando, no dia seguinte à posse, Collor editou as 22 medidas provisórias relativas ao Plano Collor – o “tratamento de choque” econômico que envolveu, entre outras coisas, o confisco das poupanças –, o terreno já estava preparado para que as lideranças internacionais não repelissem, de antemão, as decisões do novo governo brasileiro. Entre outras coisas, o pacote econômico decretado em 16 de março previa o fim abrupto das restrições não tarifárias às importações e exportações, bem como a reforma das instituições relativas ao comércio exterior. Nos meses seguintes, medidas que “transformaram radicalmente” a política de substituição de exportações da Era Vargas (SALLUM JR, 2011), como a Política Industrial e de Comércio Exterior, davam contornos mais claros à estratégia internacional da *autonomia pela modernização*.

Estabilizar a economia brasileira e torná-la mais competitiva, contudo, dependiam da capacidade do governo em debelar a inflação. Era a pré-condição para que as promessas realizadas por Collor no exterior fossem cumpridas. Mas o fracasso prematuro do Plano Collor, além de limitar a margem de manobra internacional do Brasil (sobretudo com relação à dívida externa), foi um golpe também à imagem do presidente. Em pouco tempo, aquele que uma vez fora chamado pelo presidente Bush de “Indiana Jones” brasileiro, na caça à credibilidade que o país havia perdido, acabou por agravar ainda mais a situação do Brasil no mundo, obrigando o país a concessões sem recompensa no restante do mandato. Abortado antes do tempo, o projeto autonomista da política somente viria a ser concretizado nos governos posteriores, sob novas estratégias – e novas lideranças.

Referências

- ALBUQUERQUE, José L. C. “Campesinos paraguayos y ‘brasiguayos’ em la frontera este del Paraguay”. In: Fogel, Ramon e Riquelme, Marcial. *Enclave sojero, merma de soberania y pobreza*. Assunção: CERI, 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Nunca Antes na Diplomacia: a política externa brasileira em tempos não convencionais*. Curitiba: Appris, 2014.
- BARROS, Alexandre de S. C. “A formulação e implementação da Política Externa Brasileira: o Itamaraty e os novos atores”. In: MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph (eds.). *América Latina e a Política Mundial*. São Paulo: Convívio, 1986.

- BARROS, Sebastião do Rego. *Sebastião do Rego Barros II*. (depoimento, 2009). Rio de Janeiro: CPDOC, 2011.
- BATISTA, Paulo Nogueira. "A Política Externa de Collor: modernização ou retrocesso?". *Política Externa*, vol. 1, no. 4, 1993.
- BELÉM LOPES, Dawisson. *Política externa na Nova República: os primeiros 30 anos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015 (prelo).
- BETING, Joelmir. "O choque do engodo", *Folha de São Paulo*, 23 de janeiro de 1990.
- CAMPOS, Roberto. "Moscou revisitada". *O Estado de São Paulo*, 30 de janeiro de 1990
- CASARÕES, Guilherme. "O Papel do Itamaraty na definição da política externa do governo Collor de Mello". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 55, no. 1, 2012.
- _____. "O tempo é o senhor da razão? A política externa de Collor de Mello, vinte anos depois". Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2014.
- CASON, Jeffrey e POWER, Timothy. "Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy making in the Cardoso-Lula Era". *International Political Science Review*, vol. 30, no. 2, 2009.
- CHEIBUB, Zairo. "Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica". *Dados*, vol. 28, no. 1, 1985.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. "Discurso em encontro promovido por David Rockefeller". Nova York, 25 de janeiro de 1990.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. Entrevista ao autor. Brasília, 13 de junho de 2011.
- CORRÊA DO LAGO, André Aranha. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2006.
- DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- DIMENSTEIN, Gilberto. "A aposta de Sarney", *Folha de São Paulo*, 06 de janeiro de 1990: A-2.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. "Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Collor descarta a antecipação da posse e promete crescimento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 1990, 06 jan. 1990. Brasil, P. A4. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/06/2/>].
- FOLHA DE SÃO PAULO. Quem ganhou com inflação paga conta, diz Collor.. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 1990, 20 jan. 1990. Brasil, P. A5. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/20/2/>].
- FOLHA DE SÃO PAULO. Para Menem, Collor deve adotar medidas amargas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 1990, 22 jan. 1990. Brasil, P. A5. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/22/2/>].
- FOLHA DE SÃO PAULO. Collor assiste comédia em viagem a Nova York. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 1990, 25 jan. 1990. Brasil, P. A6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/25/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor inicia hoje viagem de 19 dia ao exterior. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 24 jan. 1990. Brasil, P. A6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/24/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Para Collor, Brasil errou ao votar contra sionismo.. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 26 jan. 1990. Brasil, P. A6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/26/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Acordo prevê colaboração em questões ecológicas. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 27 jan. 1990. Brasil, P. A7. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/27/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. URSS espera de Collor a 'perestroika brasileira'. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 31 jan. 1990. Brasil, P. A8. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/01/31/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. URSS convida Brasil a integrar projeto nuclear. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 02 fev. 1990. Brasil, P. A5. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/02/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Ministro promete apoiar negociação da dívida. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 03 fev. 1990. Brasil, P. A6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/03/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor visita em Turim estádio da copa do mundo. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 04 fev. 1990. Brasil, P. A6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/04/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Mitterrand oferece apoio na negociação da dívida. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 07 fev. 1990. Brasil, P. A5-6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/07/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor dá entrevista em francês na TV a sobrinho de Mitterrand. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 08 fev. 1990. Brasil, P. A4. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/08/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor obtém promessa de banqueiros britânicos. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 09 fev. 1990. Brasil, P. A6. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/09/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Leopoldo Collor acha viável aliança com PMDB. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 10 fev. 1990. Brasil, P. A7. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/10/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil tem de mostrar confiabilidade, diz González. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 11 fev. 1990. Brasil, p. A8. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/11/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor quer Brasil no primeiro mundo, diz assessor. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 12 fev. 1990. Brasil, p. A5. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/02/12/2/>].

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor anuncia Zélia ministra da Economia. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 1990, 01 mar. 1990. Brasil, p. A5. Disponível em: [<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1990/03/01/2/>].

JORNAL O GLOBO. Collor propõe diálogo entre Leste e Sul. O Globo, Rio de Janeiro, ano 1990, 02 fev. 1990. Brasil, p. A3. Disponível em: [<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019900202>].

JORNAL O GLOBO. Collor arrasa carro nacional. O Globo, Rio de Janeiro, ano 1990, 03 fev. 1990. Brasil, p. A4. Disponível em: [<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019900203>].

JORNAL O GLOBO. Collor conclui Ministério: Rezek no Itamaraty e Alcení da Saúde. O Globo, Rio de Janeiro, ano 1990, 13 mar. 1990. Brasil, p. A3. Disponível em: [<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=1990199003>].

FREITAS, Jânio de. “Ainda é uma esfinge”, *Folha de São Paulo*, 17 de janeiro de 1990: A-5.

LAFER, Celso. *Identidade Internacional do Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. “O legado diplomático da viagem presidencial de Tancredo Neves”. *Contexto Internacional*, vol. 2, no. 1, 1985.

LIMA, Maria Regina Soares de. “Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña”. *América Latina/Internacional*, vol. 1, no. 2, 1994.

LIMA, Maria Regina Soares de. “Instituições democráticas e política exterior”. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, 2000.

_____ e Duarte, Rubens. “Diplomacia presidencial e politização da política externa”. *Observador On-Line*, vol. 8, no. 9, 2013.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. “Dilma se afasta do Itamaraty, e Brasil perde espaço no mundo”. *Interesse Nacional*, ano 7, no. 26, 2014.

LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha: fases de uma parceria 1964-1999*. São Paulo: KAS/EDUSP, 2000.

LOPES, Dawisson. “Recuo estratégico ou normalização da curva?”. *Folha de S. Paulo*, 17 de março de 2014.

MALAMUD, Andrés. “Presidential Diplomacy and the Institutional Underpinnings of MERCOSUR: An Empirical Examination”. *Latin American Research Review*, vol. 40, no. 1, 2005.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Argumento Liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. “Brazil’s New Republic: the Social-Liberal Path”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 6, no. 2, 1987.

_____. *O Liberalismo – Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MILANI, Carlos. “Política Externa é Política Pública?”. *Insight/Inteligência*, ano XVIII, no. 69, 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Almoço sela trégua na equipe de Collor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 90, 11 jan. 1990. Brasil, p. A4. Disponível em: [<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900111-35247-nac-0004-999-4-not>].

O ESTADO DE SÃO PAULO. O ministro da economia serei eu. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 90, 25 jan. 1990. Brasil, p. A7. Disponível em: [<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900125-35259-nac-0007-999-7-not>].

O ESTADO DE SÃO PAULO. Japão emprestará US\$ 480 milhões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 90, 30 jan. 1990. Brasil, p. A5. Disponível em: [<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900130-35263-nac-0005-999-5-not>].

O ESTADO DE SÃO PAULO. Japão emprestará US\$ 480 milhões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 90, 01 fev. 1990. Brasil, p. A5. Disponível em: [<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900201-35265-nac-0005-999-5-not>].

O ESTADO DE SÃO PAULO. Viagem de Collor muda a imagem do país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 90, 11 fev. 1990. Brasil, p. A4. Disponível em: [<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900211-35274-nac-0004-999-4-not>].

O ESTADO DE SÃO PAULO. Viagem de Collor muda a imagem do país. O Estado de São Paulo, São Paulo, ano 90, 11 fev. 1990. Brasil, p. A4. Disponível em: [<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900211-35274-nac-0004-999-4-not>].

PEREIRA, Analúcia Danilewicz. *A Política Externa do Governo Sarney*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Letícia e MILANI, Carlos. “Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública”. *Contexto Internacional*, vol. 35, no. 1, 2013.

PRETO, Alessandra Falcão. “O conceito de diplomacia presidencial: o papel da Presidência da República na formulação de política externa”. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2006.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

_____. *Diário de Bordo: a viagem presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010a.

_____. “À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 87, 2010b.

_____. Entrevista ao autor. São Paulo, 30 de outubro de 2014.

RODRIGUES, Newton. “Um quisto a extirpar”. *Folha de São Paulo*, 23 de janeiro de 1990.

ROSA E SILVA, Cláudio Humberto. *Mil Dias de Solidão: Collor bateu e levou*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

ROSSI, Clóvis. “Menem, o tênis e Collor”, *Folha de São Paulo*, 17 de janeiro de 1990.

SALLUM JR., Brasílio. “Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira”. *Dados*, vol. 54, no. 2, 2011.

SCHWARTZ, Gilson. “O Brasil que sabe dizer sim: caminhos em direção ao Japão”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, no. 3, 1991: 24.

SPEKTOR, Matias. *18 Dias*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SPINOLA, Noenio. “Rússia para Collor ver”. *O Estado de São Paulo*, 30 de janeiro de 1990.

THE WHITE HOUSE, “Statement by Press Secretary Fitzwater on President Bush’s Meeting With President-Elect Fernando Collor de Mello of Brazil”, 26 January 1990. <Disponível em http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=1477&year=1990&month=01].

UEHARA, Alexandre Ratsuo. “Relações Brasil-Japão: aproximações e distanciamentos”. *Carta Asiática*, 1999.

VIGEVANI, Tullo e Cepaluni, Gabriel. *A Política Externa Brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: UNESP, 2011.

WALD, Arnoldo. “O Plano Bush”. *O Globo*, 3 de fevereiro de 1990.